

Domingo, 01 de Novembro de 2026

Câmeras capturam presidente afastado do TCE sacando R\$ 500 mil em espécie dentro da instituição

Segurança flagra movimentação de recursos em agência bancária localizada no Tribunal de Contas de Mato Grosso

Conteúdo/ODOC - Equipamentos de vigilância registraram o presidente afastado do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Sérgio Ricardo de Almeida, supervisionando uma retirada de R\$ 500 mil em numerário dentro da própria instituição. A instituição bancária recebeu justificativa do conselheiro informando que a quantia se destinava a "utilização pessoal".

O procedimento financeiro ocorreu no dia 30 de setembro de 2025, através da agência do Sicoob presente nas dependências do TCE, tendo sido detectado pela Polícia Federal no decorrer das apurações da Operação Tomada de Contas, responsável pela detenção de Sérgio Ricardo.

As imagens documentam o conselheiro na companhia de dois funcionários de confiança: a dirigente de seu gabinete Roseli Loss e Adriangelo Barros Antunes, que exerce cargo de secretário-executivo em uma comissão interna do Tribunal.

De acordo com os investigadores federais, Adriangelo ingressou nas dependências do banco portando uma mala de mão de cor preta aparentando estar devoluta e se retirou do local com a bolsa visivelmente preenchida, subsequente à efetivação do saque.



Figura 40: fotografias do provável Adriangelo com a mochila preta, após saída a agência Sicoob

Os profissionais responsáveis cruzaram as gravações com registros de transações bancárias, confirmando que a operação financeira guardava correspondência com as contas correntes de Sérgio Ricardo.

A corporação federal constatou também uma segunda retirada no valor de R\$ 490 mil, efetuada em 8 de outubro de 2025, bem como requerimentos para que a instituição bancária fornecesse montantes equivalentes.

VOLUME DE TRANSAÇÕES

O parecer produzido pela Polícia Federal evidencia que Sérgio Ricardo efetuou 150 operações de saque em dinheiro que totalizaram R\$ 15,64 milhões, compreendido entre janeiro e outubro de 2025.

Concomitantemente nesse intervalo, o conselheiro depositou em suas contas financeiras R\$ 15,99 milhões, provenientes das transferências realizadas pelo Tribunal de Contas.

Da importância total removida, R\$ 15,47 milhões foram retirados mediante atendimento presencial nos caixas da instituição, através de 64 transações distintas. Adicionalmente, 86 retiradas ocorreram utilizando máquinas de autoatendimento.

Os repasses efetuados pelo TCE correspondem a um patamar superior a R\$ 1,6 milhão mensalmente, representando aproximadamente R\$ 54,3 mil diariamente.

Conforme descrição da investigação, Roseli Loss e Adriangelo Barros Antunes participavam ativamente das operações financeiras do conselheiro.

A dirigente do gabinete aparece nos registros audiovisuais realizando transações bancárias, enquanto Adriangelo, segundo a instituição de segurança pública, assumia a responsabilidade pelo transporte das quantias retiradas.



Figura 38: fotografia de Roseli Loss, após saída da agência Sicoob

INDICATIVOS DE IRREGULARIDADE

Os investigadores federais trabalham com a hipótese de que Sérgio Ricardo coordenava um mecanismo estruturado objetivando converter em espécie numerário oriundo dos caixas governamentais.

Segundo o entendimento dos profissionais encarregados, o presumível sistema se valia da influência sobre procedimentos contratuais e pagamentos a prestadores de serviços visando favorecer companhias específicas, através de aparente devolução de parcelas dos montantes transacionados.

Em um espaço temporal de 294 dias, abrangendo janeiro a outubro de 2025, a instituição federal identificou R\$ 75,8 milhões em transações avaliadas como procedimentos financeiros suspeitos.

As apurações também revelaram incongruências entre os valores creditados nas contas de agentes da instituição e aqueles divulgados mediante o sistema de informação de transparência pública.

DESDOBRAMENTOS DA OPERAÇÃO

A detenção preventiva de Sérgio Ricardo se concretizou na quinta-feira (29), durante execução da Operação Tomada de Contas, materializada pela Polícia Federal mediante aprovação do magistrado Og Fernandes, integrante da corte de justiça superior.

Simultaneamente, cinco outros indivíduos receberam determinação de aprisionamento preventivo, compreendendo Roseli Loss, Adriangelo Barros Antunes e o responsável pelas funções de orientação jurídica do TCE, Grhegory Paiva Pires Moreira Maia.

A operação apura denúncias envolvendo condutas delituosas direcionadas contra máquinas públicas, processos de ocultação de origem ilícita de recursos e associação para consecução de atividades criminosas.